



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VÍTOR DE MELO SOUZA

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES DE
FUTEBOL BRASILEIROS

SALVADOR
2021

VÍTOR DE MELO SOUZA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES DE
FUTEBOL BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Franklin Rami Cavalcanti
Oliveira Régis

**SALVADOR
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

VÍTOR DE MELO SOUZA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES DE
FUTEBOL BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Católica do Salvador da Faculdade de Ciências Contábeis.

Aprovado em XX de XX de XX

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Franklin Rami Cavalcanti Oliveira Régis – Orientador

Prof. Me. Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros

Prof. Me. Dilson Cerqueira

SOUZA, Vítor de Melo. **ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS**. 2021. XX f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como a Contabilidade pode contribuir para a evidenciação e alavancagem da situação econômico-financeira dos clubes de futebol brasileiros, a partir da discussão de legislação e normas aplicadas a esses clubes, bem como a aplicação dos índices de análise de demonstrações financeiras.. Esta pesquisa tem caráter descritivo, pois toma como base as visões já discutidas no âmbito da análise contábil de demonstrações financeiras, para inseri-las no contexto da Contabilidade Esportiva, cujo regimento principal se dá pela Interpretação Técnica Geral 2003 do Conselho Federal de Contabilidade. Para tanto, foi elaborado o roteiro de observação, em prol do levantamento dos índices e, com base na análise dos indicadores, pode-se perceber que os clubes, geralmente, possuem baixa liquidez, configurando-se através da pouca capacidade de adimplemento de suas obrigações no curto prazo. Como consequência, estes encontram-se altamente endividados, com grande concentração das dívidas em seu passivo circulante, e embora possuam uma boa capacidade de gerar receitas, seus custos e despesas não são bem controlados, o que gera, em boa parte, déficits no exercício.

Palavras-chave: Clubes de futebol. Situação financeira. Análise de indicadores

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL DOS CLUBES	18
FIGURA 2: MODELO DE DRE DOS CLUBES	19
FIGURA 3: FÓRMULA DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ	23
FIGURA 4: FÓRMULA DOS ÍNDICES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO	24

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PRINCIPAIS ASPECTOS NORMATIVOS DAS ENTIDADES ESPORTIVAS	15
QUADRO 2: ASPECTOS DA NBC T 10.13	18
QUADRO 3: FÓRMULA DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE	27
QUADRO 4: QUADRO TEÓRICO	30
QUADRO 5: MODELO DE ANÁLISE	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CE – Composição do Endividamento

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

EG – Endividamento Geral

FIFA – Federação Internacional de Futebol

GA – Giro do Ativo

GE – Grau do Endividamento

ITG – Interpretação Técnica Geral

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

LRFE – Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte

LS – Liquidez Seca

MB – Margem Bruta

ML – Margem Líquida

MP – Medida Provisória

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do
Futebol Brasileiro

ROA – Retorno sobre o Ativo

ROI – Retorno sobre o Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA ENTIDADES DESPORTIVAS	11
2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS AOS CLUBES DE FUTEBOL	16
3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
3.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ	21
3.2 ÍNDICES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO	23
3.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE	24
4 QUADRO TEÓRICO	28
5 METODOLOGIA	32
5.1 TIPO DE PESQUISA	32
5.2 INSTRUMENTO DE COLETA	33
5.3 PROCEDIMENTO DE COLETA	34
5.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE	34
5.5 MODELO DE ANÁLISE	35
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
6.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
6.1.1 Liquidez	36
6.1.2 Endividamento	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

O futebol é, dentre os esportes, aquele em relação ao qual o Brasil é notoriamente conhecido; fato que se justifica com o pentacampeonato mundial da Seleção Brasileira de Futebol. A evolução deste esporte, percebida em campeonatos mais estruturados, jogadores com alta popularidade, mobilização social, alta participação na mídia e outros aspectos, possibilitam que o futebol profissional saia da seara de paixão do brasileiro e alcance o status de negócio.

O volume de transações financeiras, a capacidade de atração de patrocínios e a visibilidade alcançada pelos clubes de futebol tornam mandatório a criação de normas e procedimentos contábeis para o segmento esportivo, esse, que se encontra no que hoje é o chamado terceiro setor. Com isso, o governo, através da Constituição de 1988, promulga leis que regulamentam a evidenciação e a divulgação das demonstrações financeiras e para sanar dúvidas, colaborar para a normatização, e adequar os processos contábeis brasileiros aos internacionais. Já o Conselho Federal de Contabilidade emite normas e interpretações técnicas, que devem ser seguidas pelos contadores na elaboração e divulgação das demonstrações dos clubes.

Essas ações trazem um novo panorama para essas entidades e possibilitam a ocorrência de gestão dos recursos de uma forma mais assertiva, e, em um segundo momento, a cobrança por parte dos maiores interessados na efetividade dos clubes em campo e nos resultados obtidos por eles obtidos: os torcedores. Este aspecto social do futebol torna-se ainda mais relevante no ambiente brasileiro, ante a existência de torcidas mundialmente reconhecidas pela dedicação e sentimento apaixonado aos clubes do coração. Aliado a isso, a Copa do Mundo da FIFA, realizada no Brasil em 2014, possibilitou que tivéssemos muitos dos estádios modernizados e com capacidades ampliadas, o que, em alguns clubes possibilitou um maior acesso de torcedores aos estádios, e, com frequência, públicos cheios em grande maioria dos jogos.

Os clubes de futebol, enquanto organizações do terceiro setor, não visam o lucro em suas operações. Contudo, é fundamental que haja transparência para os financiadores das entidades, majoritariamente torcedores, e atenção da gestão para com a saúde financeira dos clubes. Tais clubes contam com os seus patrocinadores para garantir suas receitas, em geral, empresas em busca de aumento na visibilidade

de suas marcas, bem como receitas de imagem através da transmissão das partidas e com o apoio dos torcedores, via programa de sócios e ingressos.

Esses clubes, portanto, estão sujeitos às normatizações estabelecidas na legislação brasileira, a exemplo da Lei n.º 12.395/2011, que impõe aos clubes a obrigação de elaborar e publicar as demonstrações financeiras, de acordo com padrões estabelecidos pelo CFC, bem como a Lei n.º 13.155/2015, conhecida também como a MP do Futebol, que cria o Programa de Modernização da Gestão e da Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT. O CFC, com a Resolução CFC n.º 1.429/2013, discorre sobre a escrituração contábil das entidades esportivas, entre elas os clubes de futebol, e as demonstrações financeiras a serem elaboradas e divulgadas, além do conteúdo das notas explicativas dessas.

Diante disso, é inestimável a atuação dos contadores, por serem detentores das informações patrimoniais dessas organizações, viabilizem o acesso desses dados à torcida para poderem fiscalizar e cobrar, bem como auxiliar os gestores na tomada de decisões. Os referidos analistas devem, assim, estarem atentos às normas impostas para a elaboração e divulgação dos relatórios financeiros dos clubes de futebol, e, realizem as devidas análises para se extrair as informações da situação financeira dessas equipes.

Ciente da importância da contabilidade na gestão financeira dos clubes de futebol do país, conforme todo exposto, o problema de pesquisa deste trabalho se apresenta da seguinte forma: Como a Contabilidade pode contribuir para a evidência e alavancagem da situação econômico-financeira dos clubes de futebol brasileiros?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a Contabilidade pode contribuir para a evidência e alavancagem da situação econômico-financeira dos clubes de futebol brasileiros, utilizando como parâmetro os dez primeiros clubes do ranking nacional da CBF de 2020, o que é almejado através dos seguintes objetivos específicos:

- Apresentar o histórico de legislação desportiva no Brasil;
- Descrever as normas contábeis aplicadas aos clubes de futebol brasileiros;
- Analisar as demonstrações financeiras dos clubes de futebol.

Diante do exposto, este trabalho visa verificar a situação financeira dos clubes de futebol brasileiros, melhores ranqueados segundo a CBF no ano de 2020, visto que uma boa saúde financeira e gerenciamento eficiente de recursos é fundamental para se ter bons resultados nos campeonatos disputados.

Para entidades do terceiro setor, a Contabilidade se constitui como a ferramenta mais importante no processo de prestação de contas, visto que estas respondem principalmente aos torcedores, à sociedade e aos entes reguladores, sejam governamentais ou associações privadas, como é o caso da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Entretanto, neste segmento, a prestação de contas, através das demonstrações financeiras, nem sempre é compreendida por seus torcedores, visto que, em geral, são informações cujo domínio técnico, esses não possuem. Portanto, o tema escolhido para esta monografia mostra-se de suma importância no sentido de esclarecer e fiscalizar a situação financeira dos clubes.

A relevância deste estudo para a área acadêmica e para os contadores está, sobretudo, em explorar a vertente da Contabilidade que gere as informações provenientes de entidades do terceiro setor, mais especificamente os aspectos inerentes a Contabilidade esportiva, pois o objetivo central desta é colaborar para um melhor gerenciamento dos recursos financeiros alocados os clubes, e, assim, contribuir para a sustentabilidade financeira, respeitando as leis e normas que regulamentam as práticas contábeis no mundo dos esportes.

Além disso, a análise torna-se elementar diante do impacto social destas equipes em suas cidades, através da geração emprego, renda agregada às suas atividades, entretenimento, entre outros, e inserindo-se na história esportiva do país, possibilitando, inclusive, o seu reconhecimento internacional.

1 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA ENTIDADES DESPORTIVAS

De acordo com Figueredo, Santos e Cunha (2017, p.6), a legislação desportiva brasileira iniciou-se no século passado, com algumas leis perdurando até os dias atuais, e alteraram tanto a forma de organização jurídica, quanto a rotina contábil das entidades.

O Decreto-Lei nº 3.199 de 1941 estabeleceu as bases para a organização esportiva no país, instituindo ao Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, que visava orientar, fiscalizar e incentivar a prática esportiva em todo o país (Art. 1º). Este decreto ainda, em seu artigo 48, proibia a “[...] organização e funcionamento de entidades desportivas que visassem o lucro”.

Silva, Teixeira e Niyama (2009, p.2) afirmam que a Lei nº 8.672 de 1993, conhecida como Lei Zico, surgiu para adaptar a legislação nacional ao cenário mundial, que contava amplamente com a participação e investimento do setor privado na prática esportiva. Dentre os principais pontos discutidos na Lei Zico, tais quais a conceituação e as finalidades do desporto, a organização do Sistema Federal do Desporto, competência e atuação da justiça desportiva, a alteração que mais se destacou foi a possibilidade de transformação das entidades desportivas em sociedades comerciais (Brasil, 1993).

Segundo Silva e Carvalho (2009, p.5) “A principal novidade apresentada por esta lei foi a possibilidade de os clubes serem gerenciados por entidades com fins lucrativos e foi também o embrião da intenção do governo de transformar os clubes em empresas.”

A Lei Zico “[...] rompeu com o alto grau de intervencionismo do Estado até então vigente, o que inibia os investimentos do setor privado no esporte” SILVA, TEIXEIRA e NIYAMA (2009, p.2). Este movimento trazido pela Lei nº 8.672/93 proporcionou uma evolução do âmbito esportivo para um negócio de fato, favorecendo a participação de outros agentes financiadores da atividade esportiva e possibilitando que os clubes invistam mais em seu objetivo, visando melhores resultados e desempenhos.

Posteriormente, a Lei nº 9.615/98, Lei Geral sobre os Desportos Esportivos, também conhecida como Lei Pelé, revogou a Lei Zico e trouxe alterações significativas para as entidades esportivas. Dentre as mais significativas destaca-se o Artigo 28 da

referida Lei, que estabeleceu o contrato de trabalho entre atleta e entidade, contendo, obrigatoriamente, cláusulas penais quando do descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

Acerca da Lei Pelé, segundo Silva (2019, p.34) considera que esta “[...] proporcionou o reconhecimento expresso dos clubes como entidades autônomas e independentes”, bem como, contribuiu para um melhor diálogo entre a gestão das entidades e a sociedade, uma vez que os administradores estavam desvinculados do Estado.

A Lei Pelé move-se em direção ao formato clube-empresa, corroborando com a intenção mencionada por Silva e Carvalho (2009, p.5) e finalizando um processo iniciado na Lei nº 8.672/93. A Lei Geral sobre Desportos Esportivos, em seu artigo 94, obriga as entidades de prática profissional a constituírem-se sob a forma de sociedades empresariais, e posteriormente através da redação dada pela Lei nº 9.981/2000, esta obrigação passa a valer apenas para organizações profissionais da modalidade futebol (BRASIL, 1988).

Para complementar a Lei Pelé, e “[...] após denúncias de irregularidades na administração do futebol brasileiro que culminaram em uma Comissão Parlamentar de Inquérito” (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009, p.3), foi sancionada a Lei nº 10.672 em maio de 2003. Esta objetivava moralizar a administração e as relações na atividade esportiva profissional. A Lei de Moralização do Futebol, como ficou conhecida, alterou dispositivos na Lei nº 9.615/88 e instituiu, conforme presente no artigo 2º desta, cinco princípios a serem observados pelas entidades desportivas, e dentre eles, destacamos para fins deste estudo, o princípio presente no inciso I – transparência financeira e administrativa, e inciso II – moralidade na gestão esportiva (Brasil, 2003).

Ainda com o intuito de conferir transparência à gestão das entidades de prática profissional, a lei em comento imputou às entidades a responsabilidade de adotar modelo profissional e transparente e elaborar e publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009,p.3)

O princípio da transparência, trazido pela Lei nº 10.672/03, é um ponto fundamental para esta pesquisa, visto que, a partir dele, os clubes de futebol passaram a ser obrigados a elaborar e publicarem suas demonstrações financeiras, com base na Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas.

Em 2011, foi promulgada a Lei nº 12.395, que reforçava a obrigatoriedade da

publicação das demonstrações financeiras e exigia que as entidades publicassem também o relatório dos auditores.

V - Apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos definidos no inciso I do art. 46-A desta Lei (BRASIL, 2011, p.1).

Com relação à Lei nº 12.395/11, temos a seguinte consideração:

A Lei nº 12.395/11 reforça a necessidade da realização da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis dos clubes de futebol, bem como a publicação das mesmas, definindo que somente atendendo a esses critérios poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômica e financeira (SILVA, 2019, p.36).

As Leis promulgadas em 2003 e 2011 foram importantes passos dados rumo a transparência e responsabilização na gestão dos clubes de futebol, visto que a maneira de informar aos clientes, no caso, torcedores, acerca da situação financeira da entidade é via demonstrações financeiras.

Através desses avanços, chegou-se em 2015 à Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE), de nº 13.155, a qual dispunha:

Art. 1º Esta Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE estabelece os princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol (BRASIL, 2015, p.1).

Em seu artigo segundo, a LRFE cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), com o objetivo de “[...] promover a gestão transparente e democrática, e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol.” (BRASIL, 2015).

Acerca do PROFUT, Castro e Manssur (2016, p.1) afirmam que o programa atuava como um salvamento emergencial para os clubes de futebol, visando ajustar um passado de inadimplência fiscal, e, com isso, exigia modificações pontuais na organização interna das entidades. Nas palavras dos autores:

O sistema funciona, em breves linhas, da seguinte forma: os clubes podiam optar pelo parcelamento de débitos na Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Banco Central do Brasil, e os débitos previstos na Subseção II, no Ministério do Trabalho e Emprego. A dívida objeto do parcelamento, para os aderentes, deveria ser paga em até 240 parcelas, com redução de 70% das multas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais. O Profut estabeleceu, ainda, condições específicas

para o parcelamento de débitos relativos ao FGTS e às contribuições instituídas pela lei complementar 110, de 29 de junho de 2001 (CASTRO; MANSSUR, 2016).

Para adesão ao PROFUT, uma série de requisitos legais foram impostos aos clubes, dentre eles destaca-se a apresentação do estatuto ou contrato social e dos atos de designação e responsabilidade dos gestores da entidade e a apresentação das demonstrações financeiras. Visando criar essa responsabilidade na gestão das organizações do futebol, para a manutenção no PROFUT, a LRF exige, entre outros, a regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias com vencimento a partir da promulgação da referida, comprovação da existência e autonomia no conselho fiscal dos clubes, proibição da antecipação ou comprometimento de receitas de períodos futuros posteriores ao término gestão, redução do déficit em prazos estabelecidos, e novamente, a publicação das demonstrações financeiras após auditoria independente dessas. (BRASIL, 2015)

Sobre o PROFUT, Silva (2019, p. 36) afirma:

Ainda, a Lei nº 13.155/15 passou a exigir que os clubes estejam em dia com seus tributos, salários e direitos de imagem de todos os atletas, sendo que o clube que não cumprir tais requisitos será rebaixado de divisão. Essas obrigações passaram a exigir maiores responsabilidades dos dirigentes dos clubes, que passaram a repensar contratações de altas cifras visando resultados imediatos.

O quadro a seguir identifica aspectos normativos das entidades esportivas, demonstrando as alterações e temáticas mais relevantes no âmbito administrativo e contábil dessas organizações.

Quadro 1 – Principais aspectos normativos das entidades esportivas

Legislação	Principais Aspectos
Decreto-Lei nº 3.199 de 1941	Proibia terminantemente que os clubes ou entidades desportivas obtivessem lucro com suas atividades. O Estado regulamenta toda a atividade desportiva
Lei nº 8.672 de 1993 (Lei Zico)	Possibilitou a alteração das entidades desportivas para associações comerciais, o que permitiu maiores captações de recursos.
Lei nº 9.615 de 1998 (Lei Pelé)	Possibilitou às entidades de tornarem-se clubes empresas. Estabeleceu a faculdade de publicação das demonstrações financeiras.
Lei nº 10.672 de 2003	Obrigou as entidades desportivas a publicarem, de forma padronizada, suas demonstrações financeiras.
Lei nº 12.935 de 2011	Exigiu a elaboração das demonstrações financeiras e submissão das dessas à auditoria independente, com publicação do parecer. Condição a obtenção de recursos públicos a esse fato.
Lei nº 13.155 de 2015 (LRF)	Estabelece bases para maior transparência e responsabilidade na gestão dos clubes de futebol. Cria o PROFUT para financiamento de débitos, atrelado a medidas de melhoria na administração e na gestão financeira das entidades.

Fonte: Adaptado de Santos, Cunha e Figueredo (2016)

Com base no quadro acima, fica evidente a evolução da Legislação Desportiva brasileira em direção à maior transparência e responsabilidade administrativa das entidades, o que possibilita aos clubes uma melhor organização financeira. Nesse contexto, é fundamental a atuação da Contabilidade, visto que seus operadores detêm as informações requeridas pelo Estado através da publicação dos relatórios financeiros.

2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS AOS CLUBES DE FUTEBOL

A partir das exigências legais impostas aos clubes de futebol quanto à divulgação das suas demonstrações financeiras, se fez necessário a criação de normas contábeis para o auxílio à elaboração dessas. Rezende e Custódio (2012, p.1) afirmam que a ausência dessas normas específicas para clubes de futebol implicou em problemas como falta de padronização e comparabilidade das informações entre os clubes.

Com relação à falta de padrão nas informações contábeis divulgadas, Silva, Teixeira e Niyama (2009, p.3) exemplificam a variação percebida quanto à classificação contábil dos jogadores profissionais na escrituração dos clubes, no exercício de 2003 — primeiro exercício social após a Lei nº 10.672, ao afirmarem:

O Clube de Regatas Flamengo contabilizava os valores relacionados com jogadores de futebol no Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo, respeitando a vigência dos contratos firmados entre o clube e os seus atletas. O Fluminense Football Club classificava seus jogadores como Ativo Realizável a Longo Prazo, segregando os atletas profissionais e amadores. A Sociedade Esportiva Palmeiras registrava os valores de seus atletas na rubrica Ativo Diferido. O Sport Club Corinthians Paulista classificava seus atletas como Ativo Intangível — um grupo de contas até então não previsto na legislação societária. (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009, p.3)

A comparabilidade relatada na citação acima é um fator determinante nas informações contábeis, pois permite, de acordo com CPC nº 00 (2019), identificar similaridades e diferenças entre itens, facilitando a compreensão destes, através da comparação com outras entidades ou da mesma entidade em períodos distintos. Portanto, a normatização das demonstrações financeiras para as organizações desportivas era um fator determinante para a qualidade das informações divulgadas.

Diante desse quadro, o CFC, através da Resolução nº 1.005 de 2004, aprovou a NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis específicos para as entidades desportivas profissionais, com vigor a partir de 2005, porém, com recomendação para adoção antecipada, visando a já adequação das demonstrações do exercício social de 2004.

Esta norma tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos específicos para os registros contábeis, avaliação e estruturação das demonstrações financeiras das entidades profissionais de futebol e demais entidades desportivas profissionais, bem como às confederações e associações ligadas a essa atividade (CFC, 2004).

O quadro a seguir mostra os principais aspectos da NBC T 10.13 com relação às categorias em que ela é dividida, sendo estas: registros contábeis, controle de gastos com formação de atletas, demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações (CFC, 2004).

Quadro 2 – Principais aspectos normativos das entidades esportivas

Categoria	Detalhamento
Registros Contábeis	Dispõe sobre os registros contábeis e o modo de evidenciação das contas de receitas, custos e despesas, separando a atividade esportiva profissional das demais.
Controles de gastos com formação de atletas	Deve conter no mínimo os seguintes controles: a) classificação dos gastos diretamente associados à formação do atleta com base mensal e regime de competência, por tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.) e por categoria (infantil, juvenil, juniores); b) estruturação do elenco por categoria e registros adicionais que evidencie o controle de cada categoria e que possibilitem a apuração de gastos por atleta; c) relatório mensal de apropriação dos gastos para as contas de resultado e imobilizado.
Elaboração das Demonstrações Contábeis	Devem ser organizadas de acordo com a NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis; devem obedecer às especificidades das Normas Brasileiras de Contabilidade no tocante à nomenclatura de contas e grupos de contas, respeitando a forma de como é constituída a entidade, segregando as receitas, os custos e as despesas atreladas à atividade profissional das demais.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	Devem complementar as Demonstrações Contábeis, sendo produzidas e divulgadas em conjunto; devem demonstrar as interpretações técnicas, os critérios utilizados e as características específicas do tipo de atividade.

Fonte: Santos, Cunha e Figueredo (2016)

No ano de 2013, o CFC (2013) publicou a Resolução 1.429, que revogou a NBC T 10.13, aprovando assim a ITG 2003, que passaria a valer como norma base para a Contabilidade das entidades desportivas profissionais. Esta trouxe alterações sutis na norma anterior, sendo a mais significativa, a modificação na forma do reconhecimento

dos atletas, antes feita no Ativo Imobilizado, e a partir de então realizada no Ativo Intangível.

A ITG 2003 trouxe alterações no texto a que se refere às demonstrações financeiras dessas organizações, esse passou a vigorar com a seguinte redação:

16 – As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade desportiva, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (CFC, 2013, p.1).

Com relação às Normas citadas no texto, têm-se a nº 26, que trata da apresentação das demonstrações, estabelece diretrizes para as divulgações dessas e visa assegurar comparabilidade entre as demonstrações (CFC, 2017). Também temos a NBC TG 1000 do CFC (2016) citada no item 16 da ITG 2003, que trata da Contabilidade para pequenas e médias empresas, e em sua terceira seção, apresenta os aspectos das demonstrações financeiras dessas entidades.

Este trabalho, limitou-se a analisar o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos clubes de futebol, visto que essas são as demonstrações que apresentam as contas de ativo e passivo, bem como os resultados de receitas, despesas, déficits ou superávits das entidades. As figuras 1 e 2 abaixo, apresentam essas demonstrações, especificamente tratando de clubes de futebol.

Figura 1: MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL DOS CLUBES DE FUTEBOL

	X2	X1		X2	X1
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa			Fornecedores		
Valores a receber transferência de atletas			Instituições financeiras		
Outros valores a receber			Obrigações trabalhistas		
Estoques			Obrigações fiscais e sociais		
Despesas antecipadas			Contas a pagar por compra ou empréstimo de atletas		
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Outras obrigações		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Valores a receber			Instituições financeiras		
Despesas antecipadas			Obrigações trabalhistas		
Depósitos judiciais			Obrigações fiscais e sociais		
INVESTIMENTOS			Contas a pagar por compra ou empréstimo de atletas		
IMOBILIZADO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
INTANGÍVEIS			Patrimônio social		
Atletas profissionais			Reserva de reavaliação		
Atletas em formação			<i>Superávits/ Déficits acumulados</i>		
(-) Amortizações de atletas					
TOTAL			TOTAL		

Fonte: Silva (2019, p. 31)

Figura 2: MODELO DE DRE DOS CLUBES DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/X2	X2	X1
RECEITA DA ATIVIDADE DE DESPORTO		
Venda/ empréstimo de atletas		
Receita de transmissão		
Receita com publicidade e patrocínios		
Receitas com bilheteria, sócios e premiações		
CUSTO DA ATIVIDADE DE DESPORTO		
Salários e encargos sociais		
Empréstimos e participação de atletas		
Amortização de atletas		
Despesas com viagens, federação, imagens, prêmios, material esportivo e outras		
SUPERÁVIT/ DÉFICIT BRUTO DA ATIVIDADE DE DESPORTO		
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		
Comerciais		
Administrativas		
Outros <i>superávits</i> operacionais		
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras		
Despesas financeiras		
SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO		

Fonte: Silva (2019, p.31)

As organizações apresentam seus principais números por via das demonstrações apresentadas nas figuras acima, onde é possível identificar as flutuações do patrimônio e realizar as análises acerca dessas variações. Além disso, é importante destacar o resultado dessas entidades, demonstrado através da DRE, uma vez que a sustentabilidade dessas entidades é observada através da manutenção de suas receitas, controle das despesas e custos operacionais e objetiva-se o alcance de eficiência da gestão no âmbito financeiro

3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Acerca da análise das demonstrações financeiras, Perez Júnior e Bergalli (2015) afirmam que esta é uma forma de transformar os dados contidos nos demonstrativos em informações úteis para a tomada de decisões. Os autores classificam o processo como essencial para que os usuários das informações atendam seus interesses específicos.

Lins e Filho (2012) dizem que a análise dos relatórios financeiros é de fundamental importância para o processo decisório, sendo um instrumento relevante de avaliação de desempenho, através de indicadores econômico-financeiros. Eles expõem ainda, que a análise pode ser dividida em duas fases, a primeira, de natureza retrospectiva, fornece feedbacks necessários para examinar a eficácia das decisões tomadas no passado e a eficiência da execução destas. A segunda fase, de natureza projetiva, ajuda a criar cenários futuros e auxilia na tomada de novas decisões e formulação de estratégias empresariais, estimulando potencial de criação de valor pela organização.

Nesse sentido, Ribeiro (2020, p. 18) sustenta:

A Análise de Demonstrações Contábeis, tradicionalmente conhecida por Análise de Balanços, é uma técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas Demonstrações Contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da Contabilidade

Neste trabalho, foi escolhida a definição de Lins e Filho (2012) para o processo de análise das demonstrações financeiras, visto que o conceito dos autores se torna amplo a partir da exploração das naturezas apresentadas, o que agrega valor à atividade.

Silva (2019) destaca serem utilizados, principalmente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício para realização do trabalho de análise e deve-se dar atenção para as notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria.

Dos diversos métodos utilizados na análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, foi escolhido, nesta pesquisa, a análise através dos Índices Econômico-financeiros, apresentado por Perez Júnior e Bergalli (2015), como um dos principais instrumentos para a avaliação de certos aspectos do

desempenho da empresa. Os autores conceituam esses índices como “[...] a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (PEREZ JÚNIOR; BERGALLI, 2015, p. 24).

Para Lins e Filho (2012) os índices atuam como uma reorganização de dados para transformação em informações sobre cinco áreas de desempenho empresarial, sendo estas: liquidez e solvência; estrutura e endividamento; análise da atividade, eficiência e giro e prazos médios; análise do capital de giro; e rentabilidade ou lucratividade.

Já Ribeiro (2020) por sua vez, assume que os índices revelam as situações econômicas e financeiras das entidades, sendo a primeira percebida através da análise da DRE e seus elementos, e possibilita conhecer a rentabilidade obtida do capital investido. Já a segunda, para o autor, é percebida através da análise dos dados constantes no BP, e permite conhecer o grau de endividamento e existência ou não de solvência o suficiente para a liquidação de obrigações a curto e longo prazo.

Para a aplicação deste estudo, optou-se pela análise dos índices de liquidez e solvência, estrutura e endividamento, rentabilidade e lucratividade, apontados na definição de Lins e Filho (2012) Estes índices serão conceituados a seguir, apresentando seus métodos de cálculo e inferências possíveis a partir deles.

3.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de Liquidez possibilitam, de acordo com Lins e Filho (2012) a avaliação da situação de curto e longo prazo da entidade. Entretanto para Perez Júnior e Bergalli (2015) asseveram que estes índices são um dos principais, demonstrando a situação financeira da entidade e a sua capacidade em saldar as obrigações.

A figura 3 abaixo, apresenta as fórmulas para o cálculo dos indicadores de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS) e Liquidez Geral (LG).

Figura 3: Fórmula dos Índices de Liquidez

$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$
$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$
$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}$

Fonte: Silva (2019, p.56)

A Liquidez Corrente, para Martins (2020) mostra o quanto a entidade tem de recurso disponível no curto prazo — em seu ativo circulante — para cada real em dívidas no curto prazo — no passivo circulante. Isso significa dizer que essa razão indica a capacidade de pagamento no curto prazo e o potencial de financiamento do seu capital de giro.

O índice de liquidez corrente também demonstra a capacidade de sanar os compromissos financeiros da entidade no curto prazo, e para sua interpretação, indicam que quanto maior for o indicador, melhor. Ressaltando que, a LC menor que do que 1, pode significar uma tendência para a insolvência em alguns casos (LINS; FILHO, 2012).

Com relação à liquidez seca, Silva (2019) apresenta que este é um índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da organização no curto prazo, desconsiderando seus estoques.

Ao versarem sobre a liquidez seca, Perez Júnior e Bergalli (2015) entendem-na como um índice derivado da LC que mostra a capacidade de pagamento das dívidas no curto prazo, considerando que a empresa não venda seus estoques. Também com a interpretação de que quanto maior for este índice, melhor.

Quanto à liquidez geral, Martins (2020) afirma que este índice mostra a capacidade de saldar todos os compromissos da entidade, seja de curto ou longo prazo. Visto que esta relação é feita entre o ativo total da empresa e o passivo total, considera-se tudo o que será convertido em dinheiro e tudo o que há de dívidas.

Porém Lins e Filho (2012) consideram o índice de liquidez geral mais amplo que os outros apresentados, visto que este não se limita apenas ao circulante — curto prazo.

Novamente quanto maior, melhor, dado que quanto menor do que 1,0 for o resultado pior é a situação de curto e longo prazo.

3.2 ÍNDICES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

Os índices de estrutura e endividamento “[...] são utilizados para demonstrar a dependência da entidade em relação a recursos de terceiros, através da relação entre as fontes de financiamento próprio e as fontes provenientes de terceiros” (MARTINS, 2020, p.123).

Esses índices, para Lins e Filho (2012), procuram avaliar a composição financeira da organização, comparando os elementos do passivo para medir a participação do capital de terceiros e de capital próprio no financiamento das atividades da empresa.

A figura 4 abaixo, apresenta as fórmulas para o cálculo dos indicadores de Endividamento Geral (EG), Grau do Endividamento (GE) e Composição do Endividamento (CE).

Figura 4: Fórmula dos Índices de Estrutura e Endividamento

$\text{Quantidade de endividamento} = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}}$
$\text{Grau da dívida} = \frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Passivo total}}$
$\text{Qualidade da dívida} = \frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Passivo total}}$

Fonte: Silva (2019, p. 57)

O Endividamento Geral, para Silva (2019, p. 57), “[...] demonstra quanto os recursos de terceiros representam do total aplicado pela empresa em sua atividade”. Portanto, quanto maior for o índice obtido, maior será a dependência por capital de terceiros.

Para Milhome e Volker (2020) este índice nos mostra a porcentagem de ativos financiados com recurso de terceiros, atentando para que quanto maior o índice, maior é o risco de inadimplência, portanto, quanto menor for o índice de endividamento geral, melhor, visto que a empresa se torna menos arriscada.

Acerca do Grau do Endividamento, Lins e Filho (2012) afirmam que esta é a relação entre o passivo total e o capital próprio da entidade — patrimônio líquido, cujo objetivo é mostrar quanto a empresa obteve de recursos de terceiros para cada real de

recursos próprios.

Sobre a temática, Martins (2020) entende o índice de GE como uma representação da dependência da entidade com relação a recursos de terceiros, portanto, ao risco a que ela está sujeita. O autor também chama a atenção para a interpretação deste índice, sendo necessário avaliar a qualidade desta dívida, que seriam os prazos de vencimento, taxas de juros e riscos de moeda).

Silva (2017) afirma que o GE compreende ao endividamento total da entidade, visto que trata do somatório dos passivos circulantes e exigíveis no longo prazo, chamando atenção para ao grau de liberdade em relação às decisões financeiras da companhia, no caso de um alto endividamento pode significar uma menor liberdade para a tomada de decisões dada a dependência do capital de terceiros.

Com relação ao índice de Composição de Endividamento, Silva (2017) entende que a análise deste torna possível mensurar o volume de dívidas da entidade no curto prazo comparando com a dívida total. Assim, permite visualizar o perfil da dívida, se é alongado, através de renegociações ou novas contratações de empréstimos com prazos dilatados, ou se é um perfil de curto prazo, indicando que as dívidas devem ser pagas com recursos já existentes ou que serão gerados com brevidade.

Martins (2020) afirma que o analisar a composição do endividamento é importante para conhecer a solvência da entidade, visto que o índice mostra os prazos de vencimento, revelando quanto da dívida total com terceiros está no curto prazo. O autor entende que uma empresa com um baixo endividamento no curto prazo, com frequência, oferece menor risco, dado que possui maior capacidade de geração de recursos no caso de um período de crise, sendo o contrário para empresas com altos níveis de endividamento em curto prazo.

Perez Jr. e Bergalli (2015) entendem que esse indica a concentração de endividamento no curto prazo, e quanto maior, pior para a entidade. Ainda, afirmam que no Brasil existe uma dificuldade na captação de recursos, com isso, as dívidas das empresas concentram-se no curto prazo, portanto, é ideal que a aplicação dos recursos adquiridos seja realizada em ativos de rápida recuperação.

3.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

Acerca dos índices de rentabilidade, Martins (2020) afirma que estes tratam do

aspecto econômico da análise de demonstrações financeiras, e não financeiro como os índices de liquidez e endividamento. Assim, os índices referidos relacionam resultados obtidos pela entidade com algum valor que demonstra a dimensão relativa destes resultados, como, por exemplo, valor de vendas, ativo total, Patrimônio Líquido ou ativo operacional. Para o autor, esta análise torna mais visível o desempenho econômico das entidades.

Silva (2017) entende que a análise desses índices permite avaliar o desempenho global de uma entidade, visto que esta busca identificar o retorno sobre o investimento total, vendas e sobre o capital próprio. Com isso, a avaliação feita é tanto da produtividade da organização, quanto da lucratividade do negócio e eficiência da gestão dos investimentos totais — os ativos.

Perez Júnior e Bergalli (2015) afirmam que os índices de rentabilidade permitem analisar as taxas de retorno obtidas pelas entidades sob diversos aspectos, suscitando que, de modo geral, quanto maiores os índices, melhor para a organização.

O quadro 3 abaixo, apresenta as fórmulas para o cálculo dos indicadores de Giro do Ativo (GA), Retorno sobre o Ativo (ROI), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Margem Bruta (MB) e Margem Líquida (ML).

Quadro 3 – Fórmulas dos índices de rentabilidade e lucratividade

$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$
$\text{Retorno sobre o Ativo} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
$\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Total}}$
$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Resultado Operacional Bruto}}{\text{Receita Líquida}}$
$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Receita Líquida}}$

Fonte: Elaboração própria (2021)

O Giro do Ativo é conceituado por Marion (2019) como a eficiência da entidade na utilização de seus ativos com objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais reais de

venda são gerados, mais eficiente é a administração desses investimentos. O autor afirma que este índice é conhecido também como produtividade

Silva (2017, p. 154) aduz que o GA estabelece a relação entre as vendas (receitas) do período e os investimentos realizados pela entidade, demonstrando a eficiência com que são utilizados os recursos aplicados, ou seja, a produtividade do ativo total.

Para Martins (2020) este índice estabelece uma relação entre vendas líquidas e o ativo da entidade, informando quanto a empresa gerou de receita para cada real investido, logo, quanto mais a empresa conseguir girar seu ativo, melhor serão os resultados obtidos.

Com relação ao índice de Retorno sobre o Ativo, Silva (2017) sustenta que este objetiva medir a eficiência global da alta gestão da entidade em gerar lucro a partir de seus investimentos totais. Quanto maior o índice, mais eficiente é a geração de lucros, logo, melhor.

Perez Júnior e Bergalli (2015) conceituam o ROI como o retorno sobre o ativo total, independente da procedência desse, seja através de capital de terceiros ou próprio. Para os autores, o índice demonstra a rentabilidade total dos recursos administrados pela entidade e quanto maior for essa rentabilidade, melhor.

Acerca do ROI, tem-se o seguinte comentário de Martins (2020, p.174):

Esse é um dos indicadores mais utilizados na prática, por isso a importância da sua análise. Ele evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Afinal de contas, para que a empresa possa exercer suas atividades, ela necessita de investimentos em instalações, ferramentas, máquinas, estoques etc. Ou seja, a rentabilidade do negócio é fortemente dependente do capital investido na atividade.

O índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, nas palavras de Martins (2020, p. 180), “verifica o retorno obtido pelos acionistas considerando a estrutura de capital utilizada pela entidade em determinado período.” Ainda, entendem este o mais importante dos indicadores, uma vez que demonstra a capacidade da empresa de remunerar o capital empregado nela.

Para Silva (2017) o ROE representa o retorno que os acionistas ou cotistas obtêm de seus investimentos na entidade, sendo o prêmio pelo risco de seus investimentos quando a taxa de retorno obtida for superior à taxa de juros do mercado.

Perez Júnior e Bergalli (2015) o entendem como retorno do capital investido pelos sócios, acionistas ou cotistas, indicando o rendimento para cada real empregado por esses, entretanto, a satisfação com o índice depende da expectativa de cada investidor, bem como, da média do setor.

Com relação à Margem Bruta, Lins e Filho (2012) afirmam que esta é a representação do quanto foi gerado de recurso pela empresa, em relação ao total de receitas líquidas do período. Com isso, a margem mede a eficiência no processo produtivo revelando o lucro da entidade em relação às receitas.

Sobre a MB, Perez Júnior e Bergalli (2015) entendem como o percentual que o lucro bruto representa da receita líquida, sendo a diferença entre as receitas líquidas e os custos.

Em relação à Margem Líquida, no que lhe concerne, Silva (2017) afirma que apresenta o percentual de lucratividade da organização a partir da comparação entre lucros líquidos e receitas líquidas do período. Não há, segundo ele, um índice ideal, já que depende do ramo ao qual a entidade está inserida, contudo, sua interpretação seria de que quanto maior, melhor.

Lins e Filho (2012) compreendem este índice como a evidência de quanto do lucro final a empresa obteve para cada real de venda (receita) efetuada, portanto, quanto maior for o índice, melhor a condição de receitas da empresa. Os autores também entendem como a representação da lucratividade da entidade.

Para Perez Júnior e Bergalli (2015), a Margem Líquida evidencia a capacidade da organização em gerar lucro, comparativamente à receita líquida. Por levar em conta o resultado não operacional e os tributos sobre o lucro, este índice, para os autores, torna-se de interesse dos sócios e acionistas, uma vez que representa o que sobra da atividade da empresa no final do período.

4 QUADRO TEÓRICO

QUADRO 4 – QUADRO TEÓRICO

TERMO	DEFINIÇÃO	AUTOR
Obrigação Legal	Elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva;	Lei nº 12.395 de 2011
Normas Contábeis	As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade desportiva, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.	CFC ITG 2003 (2013, p. 3)
Análise das Demonstrações Contábeis	A análise das demonstrações contábeis assume importância fundamental no processo decisório, constituindo-se um relevante instrumento de avaliação de desempenho, oferecendo indicadores das perspectivas econômicas e financeiras da empresa.	Lins e Filho (2012, p. 129)
Índices Econômico-Financeiro	Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.	Perez Júnior e Bergalli (2015, p. 24)
Índice de Liquidez ou Solvência	Indica a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo.	Lins e Filho (2012, p. 153)
Liquidez	O índice de liquidez corrente mostra o quanto a	Martins (2020,

Corrente	empresa possui de recursos de curto prazo (ativo circulante) para cada real de dívidas de curto prazo (passivo circulante). Quanto maior, melhor.	p. 109)
Liquidez Seca	Índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da organização em curto prazo, sem considerar os estoques. Quanto maior, melhor.	Silva (2019, p. 56)
Liquidez Geral	O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazos (Ativo Total) para cada real de dívidas de curto e longo prazos (Passivo Total). Evidencia a capacidade de saldar todos os compromissos assumidos pela empresa. Quanto maior, melhor.	Martins (2020, p. 109)
Índice de Estrutura e Endividamento	Os índices utilizados para análise da estrutura patrimonial estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros. Visam evidenciar a dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros.	Martins (2020, p. 123)
Endividamento Geral	Indica a porcentagem de ativos que estão sendo financiados com dívidas (capital de terceiros). Quanto maior o índice, maior o grau de alavancagem e risco financeiro (risco de inadimplência). Quanto menor que 100% for esse valor, menos arriscada a empresa será.	Milhome e Volker (2020)
Grau de Endividamento	O grau de endividamento, por exemplo, relaciona o passivo circulante (PC) + passivo exigível de longo prazo (PELP), com os recursos próprios (Patrimônio Líquido). Este indicador mostra quanto a empresa obteve de capital de terceiros para cada real de recursos próprios.	Lins e Filho (2012, p. 157)
Composição do Endividamento	Indica a concentração do endividamento a curto prazo. Quanto maior, pior.	Perez Júnior e Bergalli (2015, p. 316)

Índices de Rentabilidade e Lucratividade	É possível avaliar o desempenho global de um empreendimento através do estudo das taxas de retorno. Essa análise busca a identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo, da lucratividade do negócio, e eficiência da gestão dos seus investimentos totais (ativos)	Silva (2017, p. 153)
Giro do Ativo	Esse índice compara as vendas da empresa com o seu investimento. É estabelecida uma relação entre as vendas líquidas e o ativo da entidade. Ou seja, esse índice indica quanto a empresa vendeu para cada real investido. Quanto mais a empresa conseguir girar o seu ativo, melhores serão os resultados.	Martin (2020, p. 176)
Retorno sobre o Ativo	Esse é um dos indicadores mais utilizados na prática, por isso a importância da sua análise. Ele evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Afinal de contas, para que a empresa possa exercer suas atividades, ela necessita de investimentos em instalações, ferramentas, máquinas, estoques etc. Ou seja, a rentabilidade do negócio é fortemente dependente do capital investido na atividade	Martins (2020, p. 176)
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Indica o retorno do capital investido pelos sócios acionistas, cotistas e proprietários.	Perez Júnior e Bergalli (2015, p. 325)
Margem Bruta	Esse indicador mostra quanto foi gerado de recursos nos negócios da empresa em relação ao total das receitas de vendas líquidas do período. Essa margem revela ainda quanto a empresa lucrou na operação em relação às vendas líquidas medindo sua eficiência no processo de produção.	Lins e Filho (2012, p. 174)

Margem Líquida	Esse indicador evidencia quanto de lucro final a empresa obteve para cada real de venda efetuada. Quanto maior for esse indicador obtido, melhor é a condição de venda da empresa	Lins e Filho (2012, p. 174)
----------------	---	-----------------------------

Fonte: Elaboração Própria (2021)

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Gil (2002), usualmente, utiliza-se como critério para classificação quanto ao tipo da pesquisa, os objetivos gerais que estas pretendem alcançar. Assim se faz possível classificar as pesquisas em três grupos, sendo: explicativas, descritivas e exploratórias.

A classificação desta pesquisa, quanto ao objetivo, se conforma através do tipo pesquisa descritiva. Gil (2002) afirma que as pesquisas descritivas, em seu objetivo primordial descrevem características de um determinado fenômeno, bem como, levantar opiniões e atitudes de uma população, estabelecendo uma relação entre variáveis.

Sobre a pesquisa descritiva, Triviños (1987, apud GERHARDT; SILVEIRA 2009, p.35) afirma que “[...] esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade”. Para o autor, este tipo de pesquisa exige uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2000, p. 45).

Nesse aspecto, a pesquisa descritiva é a classificação que melhor representa esta monografia, visto que, analisando as demonstrações financeiras das entidades esportivas, buscará compreender o desempenho econômico e entender como é a saúde financeira desses clubes.

Quanto ao procedimento, as pesquisas podem ser classificadas em: estudo de caso, levantamento, experimento, pesquisa documental, dentre outras. Esta pesquisa é classificada, quanto ao procedimento, como pesquisa documental.

Gil (2002), ao definir pesquisa documental, afirma que a mesma se assemelha à pesquisa bibliográfica, entretanto, a natureza da pesquisa documental a diferencia, pois esta utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou ainda, podem ser reelaborados conforme o objeto da pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa documental trata-se da coleta em fontes

primárias, seja em documentos escritos ou não, acervos públicos ou particulares de arquivos pertencentes a instituições, além de fontes estatísticas.

Fonseca (apud GERHARDT e SILVEIRA 2009, p. 37) apresenta considerações acerca das fontes da pesquisa documental:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeo de programas de televisão, etc.

Dentre os principais objetivos desta monografia, perpassa sobre a análise das demonstrações para avaliação do desempenho financeiro. Portanto, o levantamento documental acerca dos elementos necessários para a análise colabora para a escolha da tipologia do presente trabalho como uma pesquisa documental.

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA

Para a coleta de dados, dentre os diversos instrumentos apresentados por Gerhardt e Silveira (2009, p. 68), encontram-se: questionário, formulário, entrevista e observação. Nas palavras dos autores: “A coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar”.

O instrumento de coleta utilizado neste trabalho foi a observação, conceituada por Gerhardt e Silveira (2009, p. 74) como uma técnica que utiliza dos sentidos para apreender os fatos. Assim, ver, ouvir os fatos e fenômenos que se pretende pesquisar, é característica do instrumento de observação, e, segundo os autores, obriga o pesquisador a ter contato mais próximo com o objeto de estudo. Além do uso dos sentidos, a examinação também faz parte do processo do pesquisador que utiliza a observação, como dito por Marconi e Lakatos (2003, p. 190), ao dizer que, a observação “[...] não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos e fenômenos que se desejam estudar”.

Vergara (2000) trata da diferenciação entre os tipos de observação, classificando-as entre simples ou participante, onde, para este, na observação simples o pesquisador é um espectador não interativo, que se encontra distante da situação estudada, enquanto na observação participante, o pesquisador está inserido na situação, sendo um espectador interativo.

Quanto às diferenciações dos tipos de observação, têm-se ainda, por Gerhardt e Silveira (2009) a utilização comum para cada tipo. Onde, na observação simples, ou assistemática, os autores apresentam como sendo utilizada em estudos exploratórios, enquanto a observação sistemática, ou não participante, se faz presente nas pesquisas onde há a necessidade de descrever, de forma mais precisa e detalhada os fenômenos. Para os autores, na observação sistemática presume-se que o pesquisador, durante a coleta de dados, saiba as informações relevantes para atingir os objetivos propostos, de forma exata.

A escolha se deu pela necessidade de examinar as demonstrações financeiras através do levantamento e interpretação de índices financeiros e econômicos, e assim, realizar inferências acerca do desempenho contábil dos clubes analisados.

5.3 PROCEDIMENTO DE COLETA

Lakatos e Marconi (2003) entendem que as técnicas de coletas de dados são um conjunto de processos a que se serve uma ciência, sendo também as habilidades para juntar essas normas na obtenção do resultado desejado.

Para realizar a pesquisa, foi feito o download das demonstrações financeiras do ano calendário 2019, dos dez clubes de futebol melhores classificados no Ranking Nacional de Clubes de 2020, elaborado pela CBF, entre os dias 15 e 30 de janeiro do ano de 2021.

Após, foi aplicado o roteiro de observação — disponível no apêndice A, para levantamento dos índices econômico-financeiros de liquidez e solvência, e estrutura e endividamento para a análise das demonstrações financeiras dos períodos de 2018 e 2019.

5.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Nesta pesquisa foram utilizados dois procedimentos, de análise de conteúdo e estatística.

Segundo Bardin (1977, p. 448) a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de

conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Para Chizzotti (1991) a análise de conteúdo pode ser conceituada como um método de tratamento de informações, demonstradas em um documento através de técnicas de coleta de dados.

A estatística, conforme o dicionário Aurélio, é o ramo da matemática que tem por objeto o agrupamento e o estudo de uma série de fatos ou dados numéricos.

A técnica de estatística descritiva utilizada foi definida por Medri (2011, p. 4) da seguinte forma:

A Estatística Descritiva se preocupa com a organização, apresentação e sintetização de dados. Utilizam gráficos, tabelas e medidas descritivas como ferramentas. Utilizada na etapa inicial da análise, destinada a obter informações que indicam possíveis modelos a serem utilizados numa fase final que seria a chamada inferência estatística.

5.5 MODELO DE ANÁLISE

QUADRO 5 – MODELO DE ANÁLISE

Objetivos	Dimensão teórica	Variável	Item
Análise das demonstrações contábeis	Índices Econômicos e Financeiros	Liquidez	3, 4
		Endividamento	5, 6 e 7

Fonte: Elaboração Própria (2021).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1.1 Liquidez

Por todo o exposto, foram analisados 10 clubes nos anos de 2018 e 2019. No período, a menor Liquidez Corrente encontrada foi de 0,100, pertencente ao Cruzeiro no ano de 2019, enquanto a maior, foi de 0,640 pertencendo ao Flamengo, também em 2019, a média do índice entre os clubes foi de 0,358, com um coeficiente de variação de 41,7%. Com relação ao índice de Liquidez Geral, a média entre os clubes foi de 0,241, com o elevado coeficiente de variação de 80,11%, relatando alta dispersão entre a LG das equipes.

Segundo Martins (2020) a LC de uma empresa mostra quanto esta possui de recursos no curto prazo para saldar suas dívidas nesse período, devendo o índice estar próximo a 1. Pelos dados obtidos, percebe-se que a liquidez corrente dos clubes, no período estudado, encontra-se baixa, o que, segundo o autor, acarreta problemas de capital de giro, e indica baixa capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo.

Quanto à LG, Martins (2020) define como a evidência de que a empresa possui condições de saldar seus compromissos totais, ou seja, de curto e longo prazo. A partir da avaliação dos resultados encontrados, percebe-se que a média de 0,241 indica uma baixa LG dos clubes, com algumas exceções que possuem índices altos, ou, mais próximos a 1, o ideal trazido pelo autor, fato evidenciado pelo alto coeficiente de variação.

Os dados revelam que o Flamengo apresenta a maior LC do período (0,640) e também a terceira maior LG (0,320). Por outro lado, o Athletico Paranaense apresentou uma LG de 1,000, que pela relação entre ativo total e passivo total, demonstra um controle do clube sobre as suas obrigações com terceiros e recursos aplicados, mantendo no nível que o autor supracitado, considera satisfatório, logo, saudável para a entidade. Comparando com as outras equipes, o desempenho desses dois clubes se destaca positivamente, analisando apenas os índices de liquidez.

6.1.2 Endividamento

A partir da análise do Endividamento Geral dos clubes no período, obteve-se um índice médio de 1,226, com um coeficiente de variação de 57,74%. Ao menos metade dos pesquisados no período, possuíam um índice de cerca de 0,915, enquanto 25% encontram-se com o endividamento geral de até 0,823, e os outros 25%, de até 1,628. O maior índice de endividamento geral encontrado no período — 2,520, pertence ao Bahia, no ano de 2018, enquanto o menor — 0,180 pertence ao Santos em 2019.

Quanto ao índice de Composição do Endividamento, no período analisado, a média entre os clubes foi de 0,407, apresentando uma variação de 37,91% entre os pesquisados. Ao menos, metade dos clubes possuíam índice de composição de endividamento de até 0,360. Para este índice, o menor encontrado pertence ao clube do Bahia, no ano de 2018 — 0,220, já o maior índice, de 0,770, foi do Cruzeiro no ano de 2019.

Ao analisar o índice de Endividamento Geral, percebe-se uma média elevada, o que é comum a atividade, visto que os clubes se financiam majoritariamente com capital de terceiros, e em muitos casos, o patrimônio líquido (recursos próprios) dessas entidades encontra-se com saldos deficitários recorrentes. Esse índice revela, segundo Milhome e Volker (2020), quanto do ativo total da entidade possui como origem de recurso, o capital de terceiros. Os autores definem que quanto mais próximo de 100% for o índice de endividamento geral, mais arriscada é a entidade.

Percebendo uma média que ultrapassa os 100%, é possível inferir um alto risco de inadimplência dos clubes pesquisados, o que causa alerta, dado que as instituições financeiras são os maiores credores dessas entidades e o risco de não pagamento das obrigações pode acarretar perda de crédito, além disso, a inadimplência para com atletas e funcionários aumentam a quantidade de passivos trabalhistas e de processos judiciais contra a entidade, caso recorrente no futebol brasileiro.

O índice de Composição do Endividamento, de acordo com Perez Júnior e Bergalli (2015) indica a quantidade de endividamento das entidades concentrada no curto prazo, ou seja, em um período igual ou inferior a 12 meses. Aqui, segundo os autores, quanto maior for este índice, pior a condição dos clubes. A análise desse índice, por conseguinte, infere que os gestores desses clubes têm conseguido administrar e prolongar as suas dívidas aumentando o prazo para pagamento destas, o que permite

à entidade deter maior disponibilidade de recursos para sanar suas obrigações de curto prazo.

Com isso, a entidade oferece menor risco, visto que possui maior capacidade de geração de recursos no curto prazo em um período de crise, de acordo com MARTINS (2020). O mesmo não se pode inferir sobre o clube do Cruzeiro no período, sendo este o clube com maior concentração de dívidas no curto prazo, o que demonstra a dificuldade da administração em gerenciar os prazos de pagamento das obrigações, alongando-os, bem como, demonstrando a dificuldade da organização em sanar suas obrigações de curto prazo como as trabalhistas e fiscais, bem como dívidas com outros clubes parceiros, como pode ser observado no balanço patrimonial da entidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol é um esporte presente no cotidiano dos brasileiros, através das mídias digitais ou convencionais, nos diálogos ao longo do dia ou, efetivamente, aos fins de semana onde grande parte dos jogos acontecem, estamos em constante contato com a modalidade. Contudo, pouco se explora do ambiente administrativo organizacional do esporte, onde se insere a Contabilidade e, com isso, os principais usuários da informação contábil em clubes de futebol, muitas vezes, desconhecem a situação econômica destes.

O presente trabalho buscou evidenciar a situação econômica e financeira dos 10 clubes de futebol melhores ranqueados conforme a CBF no ano de 2021, a partir da aplicação de técnicas de análise contábil das demonstrações financeiras dos anos de 2018 e 2019. Desse modo, apresenta-se como objetivo geral do presente trabalho, a análise acerca de como a Contabilidade pode contribuir para a evidenciação e alavancagem da situação econômico-financeira dos clubes de futebol brasileiros, utilizando como parâmetro os dez primeiros clubes do ranking nacional da CBF de 2020.

Para isso, fez-se necessário contextualizar e apresentar o histórico das principais legislações aplicadas no ramo esportivo, principalmente as entidades de futebol ou cujo futebol é a modalidade principal

A relevância na apresentação do histórico da legislação se dá a partir de um demonstrativo da mudança dos paradigmas norteadores da compreensão do esporte. Percebe-se que o tratamento legislativo insere os clubes de futebol no terceiro setor adotando uma lógica empresarial, com isso, torna-se obrigatória a elaboração padronizada das demonstrações financeiras, submissão à auditoria independente e atrelando essas condições ao acesso a benefícios fiscais a partir da Lei nº 13.155/2015.

Diante de uma apresentação legislativa que fundamenta a evidenciação das informações financeiras dos clubes, faz-se necessário a formulação de normas e procedimentos para padronizar os registros contábeis. Nesse contexto, o CFC, através da Instrução Técnica Geral 2003 norteia os procedimentos contábeis a serem adotados pelos clubes nos registros de suas receitas, custos, e principalmente no registro de atletas. Além disso, estabelece as demonstrações financeiras a serem

apresentadas por esses, bem como, define as diretrizes para as divulgações das informações, o que garante assegura a comparabilidade destas.

A apresentação dos referidos padrões mostra-se elementar quando, por si só, a evidenciação contábil demanda a procedimentalização de informações. A partir dessa procedimentalização, é possível estruturar análises comparativas, trazendo uma mesma ótica a diferentes conjunturas dentro dos clubes, na forma de diferentes situações financeiras.

Em outras palavras, é possível a análise da situação financeira dos clubes a partir de informações distintas desde que haja padronização dos procedimentos contábeis, com a finalidade publicizar para os demais agentes, como torcedores e patrocinadores, a real situação econômica do clube enquanto empresa, e, então, para a inferir quanto a pontos positivos ou negativos da sua realidade.

Na análise de demonstrações financeiras dos clubes pesquisados, através dos índices levantados pode-se perceber que a longo do período de 2018 e 2019, esses apresentaram uma média baixa de Liquidez, tanto corrente quanto geral, indicando dificuldades no capital de giro das entidades bem como possíveis dificuldades em sanar obrigações de curto e longo prazo. A partir da análise dos grupos de endividamento, percebe-se índices elevados, o que indica alta capacidade de inadimplência. Contudo, faz-se necessário entender o contexto onde estão inseridas as entidades pesquisadas para percebermos o real impacto desses índices. Os clubes de futebol se financiam majoritariamente do capital de terceiros, o que justifica a elevação dos índices de endividamento, e a baixa nos índices de liquidez.

E a partir da análise do contexto em conjunto com os indicadores, percebe-se pontos positivos no gerenciamento de suas dívidas, visto que a composição do endividamento desses clubes revela o sucesso das administrações em alongar as dívidas, aumentando o prazo de pagamento.

Só a análise contábil da saúde financeira dos clubes visualiza sua viabilidade econômica e o pleno desenvolvimento de suas atividades, para além das paixões que alicerçam o futebol. A Contabilidade é apta, assim, através da parametrização por ela imposta, os regimes financeiros aos quais os clubes estão vinculados, a uma ciência numérica apta a otimizar o seu desempenho dentro e fora dos campos.

Com isso, entende-se a Contabilidade como instrumento fundamental para manutenção da transparência entre gestores e partes interessadas, através dos processos de evidenciação via demonstrações financeiras. Ademais, através das

análises de situação financeira, torna-se possível o acompanhamento da saúde financeira das entidades, apoiando a tomada de decisão dos administradores.

Entende-se que os objetivos propostos por este trabalho foram abordados e alcançados e pode-se considerar o estudo útil para futuras pesquisas no âmbito desportivo.

Ademais sugere-se para pesquisas futuras, o estudo de clubes de futebol de outros países, bem como entidades de outras modalidades desportivas, e ainda sugere a aplicação de outras técnicas de análise das demonstrações financeiras das entidades.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Guilherme Henrique; SANTOS, Vanderlei, dos; CUNHA, Paulo Roberto da. Práticas de evidenciação em entidades desportivas: Um estudo nos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque: Reflexão Contábil**. v. 36, n. 1, p. 01-21, 20 jan. 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/28467/pdf>>.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Brasília, DF, 14 abr. 1941. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Hígor Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993**. Lei Zico. Brasília, DF, 06 jul. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; MANSSUR, José Francisco C.. **Profut: uma iniciativa paliativa**. 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/meio-de-campo/245534/profut-uma-iniciativa-paliativa>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1988**. Brasília, DF, 24 mar. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

DOS SANTOS CUSTÓDIO, Ricardo; REZENDE, Amaury José. A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol

brasileiros. **6º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: <
<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos92009/219.pdf>>.

LEMOS, Welber Barros. **Contabilidade dos Clubes de Futebol: uma análise econômico-financeira dos clubes que compõem a 1ª divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol**. 2013. Ceará: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/31631>>.

MUNIZ, Luciani da Silva; DA SILVA, Maicon. **Análise das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol: comparação entre a situação econômica e financeira e o aproveitamento nas partidas oficiais de 2015 a 2017**. Rio Grande do Sul: CAFI-Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação, v. 3, n. 1, p. 17-32, 2020. Disponível em: <
<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5228;jsessionid=C9CFF6038654D1DE7671A066DCF485CB>>.

SILVA, Maicon da. **Análise das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol: comparação entre a situação econômica e financeira e o aproveitamento nas partidas oficiais de 2015 a 2017**. 2019. 122 f. TCC (graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

DA SILVA, José Antonio Felgueiras; DE CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo. **Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol**. **Revista de Contabilidade e Organizações**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 3, n. 6, p. 96-116, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. 5 ed. Brasília: 2017. Disponível em:
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 28 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26**: Apresentação das

Demonstrações Contábeis. 5 ed. Brasília: 2017. Disponível em:
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc). Acesso em: 28 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2003**: Entidade Desportiva. Brasília: 2013. Disponível em:
[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003(R1).pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.

HERNANDEZ, P.J.J.; ANTONIO, B.G. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**, 5ª edição. Atlas: Grupo GEN, 2015.

SANTOS, L.L.D.; FRANCISCO, F.J. **Fundamentos e Análise Das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem interativa**, 1ª edição. Grupo GEN, 2012.

RIBEIRO, O. M. **Noções de Análise das Demonstrações Contábeis - V. 4 - Série Fundamentos de Contabilidade**. Editora Saraiva, 2020.

MARTINS, E. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. Grupo GEN, 2020.

MILHOME, Fred; VOLKER, Gabriel. **Índice de Endividamento Geral: saiba como avaliar o da sua empresa**. 2020. Disponível em:
<https://econsult.org.br/blog/indice-de-endividamento-geral/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, A.A. D. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. Grupo GEN, 2017.

CARLOS, M. J. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Grupo GEN, 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de Observação aplicado nos 10 clubes melhores classificados de acordo com o Ranking CBF 2020.

Ano	Clube	Pontos no Campeonato Brasileiro	Classificação	Liquidez Corrente (LC)	Liquidez Geral (LG)	Endividamento Geral (EG)	Grau de Endividamento (GE)	Composição do Endividamento (CE)	Giro do Ativo (GA)	Retorno sobre o Investimento (ROI)	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Margem Bruta (MB)	Margem Líquida (ML)
2018	Palmeiras	80	1	0,33	0,21	0,91	9,83	0,35	1,01	0,05	0,51	0,08	0,05
2018	Flamengo	72	2	0,39	0,22	0,89	8,09	0,34	0,87	0,10	0,87	0,25	0,11
2018	Internacional	69	3	0,26	0,14	0,74	2,86	0,31	0,23	-0,000336	-0,001297	0,11	-0,001453
2018	Grêmio	66	4	0,44	0,15	1,48	-3,09	0,28	1,17	0,16	-0,34	0,32	0,14
2018	Atlético M.	59	6	0,14	0,10	0,83	5,00	0,31	0,31	-0,03	-0,16	0,13	0,09
2018	Athletico P.	57	7	0,34	0,38	0,18	0,22	0,29	0,37	0,03	0,04	0,09	0,09
2018	Cruzeiro	53	8	0,23	0,21	1,17	-6,82	0,51	0,61	-0,14	-0,80	0,01	-0,22
2018	Santos	50	10	0,35	0,26	2,29	-1,78	0,61	0,83	-0,29	-0,23	-0,22	-0,36
2018	Bahia	48	11	0,53	0,12	2,52	-1,66	0,22	1,37	0,05	-0,03	0,25	0,04
2018	Corinthians	44	13	0,46	0,29	0,80	4,08	0,62	0,46	-0,02	-0,10	0,03	-0,05
2019	Flamengo	90	1	0,64	0,32	0,85	5,86	0,42	1,04	0,07	0,49	0,26	0,07
2019	Santos	74	2	0,23	0,18	2,42	-1,70	0,40	1,80	0,11	0,07	0,18	0,06
2019	Palmeiras	74	3	0,33	0,26	0,92	11,02	0,37	0,87	0,002337	0,03	0,03	0,00
2019	Grêmio	65	4	0,60	0,17	1,38	-3,66	0,26	1,14	0,06	-0,16	0,24	0,05
2019	Athletico P.	64	5	0,51	1,00	0,22	0,28	0,26	0,61	0,10	0,13	0,26	0,17
2019	Internacional	57	7	0,38	0,21	0,77	3,42	0,40	0,30	-0,002335	-0,01	0,10	-0,01
2019	Corinthians	56	8	0,28	0,20	1,01	-151,77	0,68	0,41	-0,20	-30,15	-0,29	-0,53
2019	Bahia	49	11	0,46	0,16	2,07	-1,93	0,30	1,36	0,03	-0,28	0,22	0,02
2019	Atlético M.	48	13	0,16	0,14	0,86	6,00	0,44	0,39	-0,01	0,05	0,16	0,02
2019	Cruzeiro	36	17	0,10	0,10	2,21	-1,83	0,77	0,70	-0,98	-0,81	-0,70	-1,40